

RESOLUÇÃO nº 01/80

O Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, da Universidade Federal de Pelotas, no uso de suas atribuições, nos termos dos artigos 22 do Estatuto da Universidade e 22 de seu Regimento Geral, e consoante deliberação plenária, em reunião de 25 de junho de 1980.

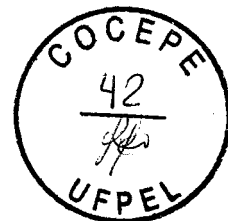
RESOLVE:

Estabelecer as Normas Gerais Reguladoras das Atividades de Pesquisa, às quais subordinar-se-á toda e qualquer pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Pelotas.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA DA PESQUISA

- Art. 1º - A pesquisa terá sua atividade estruturada em níveis de planejamento, com a conseqüente vinculação de cada órgão, consoante suas atribuições.
- Art. 2º - Os níveis de planejamento de pesquisa, a seguir referidos em ordem decrescente de amplitude, estão vinculados aos seguintes órgãos:
- I - Política de Pesquisa, à Reitoria;
  - II - Diretrizes Gerais e Prioridades, ao COCEP;
  - III - Programa e suas Linhas de Pesquisa, às Comissões Especiais;
  - IV - Plano, às Unidades Universitárias;
  - V - Projeto, aos Departamentos;
  - VI - Subprojeto aos Departamentos; e
  - VII - Atividade de Pesquisa, aos Professores Pesquisadores.



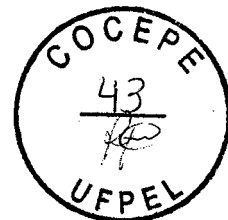
- Art. 3º - Programa é unidade de planejamento que agrupa Projetos de Pesquisa compatibilizados com objetivos que se integram.
- Art. 4º - Linha de Pesquisa é figura auxiliar, destinada a informar aos pesquisadores os temas específicos que podem e devem ser enfocados pelos Projetos de Pesquisa.
- Art. 5º - Plano de Pesquisa é unidade programática do trabalho dos Departamentos, constituída pelo conjunto de Projetos de Pesquisa da competência de determinado Departamento, que lhe empresta o nome.
- Art. 6º - Cada Unidade Universitária terá tantos Planos quantos forem os seus Departamentos.
- Art. 7º - Projeto de Pesquisa é unidade de planejamento que agrupa Subprojetos de Pesquisa, devidamente compatibilizados, visando alcançar certos objetivos em determinado espaço de tempo.
- Art. 8º - Subprojeto de Pesquisa é unidade de planejamento que agrupa Atividades de Pesquisa, devidamente compatibilizadas, e que visa obter resultados que concorram para a execução dos objetivos de determinado Projeto.
- Art. 9º - Atividade de Pesquisa é unidade de planejamento destinada a comprovar ou rejeitar hipóteses formuladas em um Projeto, através de trabalhos científicos e técnicas organizadas.
- Art. 10 - As Atividades de Pesquisa poderão receber as denominações, tradicionais a cada Unidade Universitária, como: Experimento, Ensaio, Teste, Pesquisa de Campo, etc.

## CAPÍTULO II

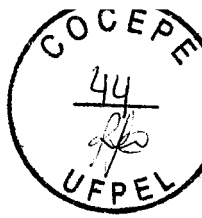
### DAS NORMAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO DA PESQUISA

- Art. 11 - A Reitoria promulgará e fará executar a Política de Pesquisa que for fixada pelo Conselho Universitário.
- Art. 12 - É de competência da Reitoria a iniciativa de proposição, ao Conselho Universitário, de projeto definidor da Política de Pesquisa da Universidade.

Parágrafo Único - Quando da formulação da proposição, a Reitoria auscultará os docentes pesquisadores, através do COCEP, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e das Unidades Universitárias.



- Art. 13 - Promulgada a Política de Pesquisa, incumbirá ao COCEP definir as diretrizes gerais e prioridades a observar em sua execução.
- Parágrafo Único - Ao deliberar, o COCEP ouvirá, igualmente, os docentes pesquisadores.
- Art. 14 - Cada prioridade fixada dará início a um Programa de Pesquisa.
- Art. 15 - Cada Programa de Pesquisa será gerido pela respectiva Comissão Especial.
- § 1º - A Comissão Especial será constituída por todos os pesquisadores dedicados à matéria do respectivo Programa, coordenados por um deles.
- § 2º - A Comissão Especial incumbirá:
- a) estruturar o respectivo Programa;
  - b) estabelecer as Linhas de Pesquisa; e
  - c) dar parecer sobre cada Projeto de Pesquisa que pretenda integrar o Programa.
- § 3º - O Coordenador de cada Programa de Pesquisa será designado pela Reitoria, mediante indicação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a partir de lista tríplice eleita pelos integrantes da respectiva Comissão Especial.
- § 4º - Embora tenha o mandato de 2 (dois) anos, o Coordenador poderá ser destituído por expressa deliberação de, pelo menos dois terços (2/3) dos integrantes da respectiva Comissão Especial ou por indicação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa ao Magnífico Reitor.
- Art. 16 - Cada uma das Linhas de Pesquisa, estabelecidas pela Comissão Especial de Programa, possibilitará a criação de um ou mais Projetos de Pesquisa.
- Art. 17 - Somente poderá ser oficializado pelo COCEP o Projeto de Pesquisa que se integrar em algum Programa de Pesquisa.
- § 1º - A oficialização de Projeto de Pesquisa pelo COCEP deverá ser antecedida da aprovação, pela Comissão Especial, do respectivo Programa.
- § 2º - Da decisão denegatória da Comissão Especial caberá recurso ao COCEP.
- § 3º - A decisão favorável da Comissão Especial deverá ser submetida à aprovação pelo COCEP.

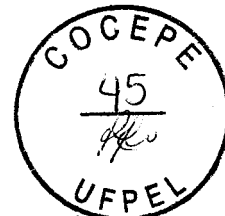


- Art. 18 - A apresentação de Projeto de Pesquisa à aprovação por Comissão Especial deverá ser antecedida pela aprovação do Projeto, com seu(s) Subprojeto (s) e Atividades de Pesquisa, pelo respectivo Departamento, assim como pelo respectivo Conselho Departamental.
- § 1º - A aprovação pelo Departamento ficará adstrita à consideração ao respectivo enquadramento no plano de trabalho departamental.
- § 2º - A aprovação pelo Conselho Departamental ficará adstrita à consideração do respectivo enquadramento no Plano de Pesquisa porventura traçado para a respectiva Unidade.
- Art. 19 - O Projeto de Pesquisa subdividir-se-á, conforme suas peculiaridades, em Subprojetos, e estes em Atividades de Pesquisa.
- Parágrafo Único - Cada Projeto, Subprojeto e Atividade de Pesquisa contará com o respectivo responsável, que deverá ser docente pesquisador envolvido na Unidade de planejamento pertinente.
- Art. 20 - As atividades de Pesquisa serão livremente planejadas pelos respectivos responsáveis, que terão competência para estabelecer metas consentâneas com os objetivos dos respectivos Projetos de Pesquisa.

### CAPÍTULO III

#### DAS NORMAS GERAIS DE DISTRIBUIÇÃO E EMPREGO DE RECURSOS

- Art. 21 - Os recursos disponíveis para pesquisa serão utilizados somente no custeio de Projetos de Pesquisa devidamente aprovados e oficializados, na forma preceituada na presente Resolução.
- Art. 22 - Na distribuição de recursos, será rigorosamente observada a destinação específica, porventura estabelecida através de convênio ou outro meio.
- Art. 23 - A Reitoria porá à disposição da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa a totalidade de cada um dos recursos, de qualquer origem, destinados à pesquisa, devidamente classificados por elemento de despesa.
- Art. 24 - A distribuição dos recursos entre os Programas de Pesquisa, respeitada a ordem de prioridades fixadas pelo COCEP, será decidida em reunião dos Coordenadores dos Programas de Pesquisa, presidida pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa.

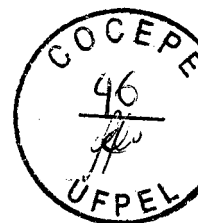


- Art. 25 - O estabelecimento de Programas de Pesquisa ulteriormente à distribuição regulada no artigo 24 , implicará a redistribuição de recursos que então for possível.
- Art. 26 - Dicitada a distribuição de recursos entre os Programas de Pesquisa, o Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa oficiará a todos os Coordenadores de Programas de Pesquisa, Diretores de Unidade e Chefes de Departamento, comunicando as quantias atribuídas a cada Programa e os respectivos elementos de despesa.
- Art. 27 - Cada Comissão Especial de Programa deliberará, por maioria simples do total de seus membros, acerca da distribuição dos respectivos recursos entre os seus Projetos de Pesquisa.
- Art. 28 - O Coordenador de Comissão Especial oficiará, imediatamente após a deliberação de que trata o artigo 27, ao Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, comunicando o teor da mesma.
- Art. 29 - A equipe envolvida em cada Projeto de Pesquisa deliberará, por maioria simples de seus membros, sobre a distribuição dos recursos entre seus Subprojetos.
- Art. 30 - Os pesquisadores envolvidos em cada Subprojeto deliberarão, por maioria simples de seus membros, sobre a distribuição dos recursos entre as respectivas Atividades de Pesquisa.
- Art. 31 - O pedido de liberação dos recursos, pelo docente pesquisador, deverá obedecer à cronologia de desembolso prevista no Projeto de Pesquisa.
- Art. 32 - Às despesas com pesquisa aplicar-se-ão as normas reguladoras do fluxo financeiro da Universidade e as porventura estatuídas em convênios ou outras avenças.
- Art. 33 - O emprego de recursos distribuídos aos Projetos de Pesquisa deverá ser permanentemente acompanhado e registrado pelos Diretores de Unidade e pelos Chefes de Departamento.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 34 - Os Coordenadores de Comissões Especiais de Programa elaborarão um único Regimento, que regulará a organização e funcionamento dessas Comissões.



Parágrafo Único - Esse Regimento será submetido à aprovação do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa.

Art. 35 - Normas complementares à presente Resolução poderão ser estabelecidas pela Reitoria ou, sempre "ad referendum" desta, pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Art. 36 - Revogam-se as disposições em contrário.

Pelotas, 18 de julho de 1980

A handwritten signature, likely of Prof. Guido Kaster, written over a horizontal line.

Prof. Guido Kaster  
Presidente do COCEP